

CORREIO DO VALE

POR SONIA PAES

Divulgação



Rodrigo Bacellar reforça segurança pública

Rodrigo Bacellar entrega viaturas em Volta Redonda

O governador em exercício do estado do Rio de Janeiro, Rodrigo Bacellar, estará em Volta Redonda nesta terça-feira, dia 24, logo pela manhã. Às 10h30, fará a entrega de viaturas para reforçar a segurança pública. Em seguida, Bacellar e o prefeito Antonio Francisco Neto

assinam o termo de cooperação para a criação da Companhia do Batalhão de Ações com Cães da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (Pmerj). Tudo será feito na sede do 5º CPA – Comando de Policiamento de Área, na Avenida Amazonas, no bairro Vila Mury.

Ao lado de lideranças

Ao lado de Bacellar, o Secretário de Estado de Segurança Pública, Delegado Víctor Santos, e do Secretário de Estado de Polícia Militar, Cel. PM Marcelo Menezes. De olho na eleição de 2026, lide-

ranças políticas e empresariais de outras cidades da região devem participar do ato em Volta Redonda. O cenário permitirá a leitura dos apoios de Bacellar em uma eventual disputa para o Estado.

Disputa acirrada até 2026

Rodrigo Bacellar é candidato natural à sucessão de Cláudio Castro e tem apoio da maioria do grupo político do atual governador. Tem bom trânsito também entre políticos de peso no Es-

tado, incluindo o interior, e na Alerj, onde é presidente. O nome de seu vice vem sendo discutido e já causa alvoroço no meio político. Há grandes disputas previstas até o próximo ano.

Eletronuclear/Divulgação



Público poderá visitar usinas virtualmente

Eletronuclear estará no Energy Summit 2025

A Eletronuclear participa do Energy Summit 2025, considerado o principal evento nacional dedicado à inovação e à sustentabilidade no setor energético. Realizado em parceria com o Massachusetts Institute of Technology (MIT), o evento acontece entre os dias 24 e 26 de junho na Cidade das Artes, na Barra

da Tijuca. A participação da estatal no evento é a convite do Governo do Estado do Rio. Detalhe: o tour virtual da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA) levará ao público do Energy Summit uma experiência sensorial de todo complexo que abriga as duas usinas nucleares brasileiras em operação.

Realidade virtual

A atração conta com imagens que geram uma perspectiva em primeira pessoa, similar aos jogos eletrônicos, e possibilita sobrevoar a região da central nuclear, em Angra. “Esse é um evento que promove o diálogo entre todas as fontes e, pensando na Eletronu-

clear, marcar presença neste espaço é uma oportunidade estratégica para reforçarmos o nosso papel na matriz energética brasileira. (...)”, disse o coordenador de Comunicação Institucional e Responsabilidade Socioambiental, Marco Antônio Alves.

Estímulo a conexões

O estande da Seenemar trará o tema #DiversidadeEnergética, destacando o Rio como um dos principais polos de inovação, sustentabilidade e desenvolvimento de soluções energéticas do país. O espaço estimula conexões, promove debates estratégicos e ofe-

rece experiências imersivas ao público. O Estado do Rio abriga uma das matrizes energéticas mais diversificadas e estratégicas do Brasil. A energia nuclear também tem papel relevante, com as usinas de Angra 1 e 2 fornecendo eletricidade de baixa emissão.



Até o momento 29 lotes foram arrematados e estão em áreas tradicionalmente ocupadas por caiçaras de Paraty

Defensoria e MPF pedem suspensão de leilão de terras

Ações visam proteger comunidades tradicionais de Paraty

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ), em conjunto com o Ministério Público Federal (MPF), ingressou com pedidos de suspensão do leilão de 49 terrenos localizados em áreas costeiras do município de Paraty, no sul fluminense. As ações visam proteger comunidades tradicionais caiçaras que vivem nessas regiões há gerações e não foram ouvidas no processo judicial que resultou na autorização de venda dos lotes.

Entre maio e junho de 2025, a Justiça do Estado do Rio de Janeiro autorizou o leilão de diversas áreas situadas em Paraty, como a Ilha do Araújo; Deserta; Praia das Pacas; Cajaíba; Rio Pequeno; São Gonçalo; Calhaus; Bijaquara; Souza; Mamangá; Saco da Sardinha; Corumbê; Ilha do Cedro e Mambucaba.

A origem do processo é o inventário de José Maria Rollas, empresário português que acumulou terras no litoral do estado e faleceu em 1988. Desde então, famílias ocuparam os lotes desabitados e, hoje, mais de 500 delas lamentam a decisão da Justiça.

De acordo com a DPRJ, a falta de escuta das populações que hoje vivem nesses territórios é um dos pontos mais graves do caso.

– As comunidades afetadas não tinham sido ouvidas até o presente momento no âmbito do inventário. Isso chamou nossa atenção. É como se vendessem um território com base num registro de 1900 e pouco, ignorando completamente a dinâmica real da ocupação do solo ao longo de um século – afirma a defensora pública, Juliana Rodrigues.

Segundo a defensora, existe um problema estrutural no sistema jurídico brasileiro: a supervalorização da propriedade registral em detrimento do direito de posse tradicional. Para Juliana, a justiça não deveria comportar um leilão de terras apenas com base em um documento tão antigo, sem qualquer discussão ou comprovação sobre quem vive ali hoje.

– O leilão ainda estava em andamento quando atuamos pedindo a paralisação, principalmente porque sabíamos que a população local não havia sido ouvida – explicou a defensora.

Até o momento, 29 lotes já foram arrematados. Todos estão inseridos em áreas tradicionalmente ocupadas por caiçaras – pescadores, agricultores, artesãos e extrativistas – que

desenvolvem práticas sustentáveis em convivência direta com a Mata Atlântica.

Apesar da venda, ainda não há plena clareza sobre a titularidade de parte das áreas. Muitos terrenos leiloados estão em zonas de preservação ou pertencem à União, levantando dúvidas quanto à legalidade das transações.

Paraty enfrenta conflitos fundiários

Paraty enfrenta há décadas conflitos fundiários marcados pela especulação imobiliária e pela negação dos direitos territoriais de populações tradicionais. Segundo a DPRJ, mesmo sem qualquer autorização judicial para imissão na posse, representantes legais e topógrafos compareceram a comunidades como a Ilha do Cedro e a Ilha do Araújo para realizar medições com base nos editais do leilão.

– No curso do processo, fomos surpreendidos por movimentações em campo, com topógrafos e advogados tentando realizar medições sem qualquer decisão de imissão na posse. Agimos prontamente, peticionamos, e o juízo suspendeu essas ações. Embora não tenha reconhecido de forma

expressa os direitos territoriais das comunidades, o magistrado reconheceu a existência da população local e a necessidade de ouvi-la – destacou a defensora.

A Defensoria também ressalta que há diferentes formas de regularização fundiária em curso. Parte das famílias possui Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), enquanto outras reúnem provas de vínculo com o território por meio do uso tradicional, ancestralidade ou direitos coletivos.

No último domingo (5), moradores da Ilha do Araújo organizaram um ato contra a venda das terras. Durante a mobilização, uma mensagem compartilhada nas redes sociais reforçou o apelo da comunidade: “É hora de mostrar nossa força e união para chamar a atenção das autoridades e buscar uma solução definitiva para esse absurdo.”

A DPRJ segue acompanhando o caso de perto, com o objetivo de assegurar que os direitos das comunidades sejam respeitados e que qualquer decisão judicial leve em consideração a dignidade das populações tradicionais, a preservação ambiental e o direito à consulta prévia, livre e informada.

Projeto ‘Caravana + Qualifica Rio’ entrega diplomas para formandas

Yuri Melo/PMBM

A Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e da Secretaria da Pessoa com Deficiência, realizou na manhã desta segunda-feira (23), a cerimônia de entrega dos certificados de conclusão dos cursos oferecidos pelo Projeto Caravana + Qualifica Rio, em parceria com o Ibratec (Instituição Brasileira de Acessibilidade e Tecnologia).

A ação, em Barra Mansa, contemplou mais de cem mulheres com formações nas áreas de inclusão digital, empreendedorismo, tranças e maquiagem, promovendo não apenas qualificação profissional, mas também geração de renda e fortalecimento da autonomia feminina.

O evento, no Parque da Cidade, contou com a presença da deputada federal Dani Cunha, da vice-prefeita e secretária da Pessoa com Deficiência, Luciana Alves, da secretária municipal de Assistência Social, Joseane Ricarte, e da presidente do Instituto Ibratec, Aline Félix, além de autoridades, representantes de instituições e familiares das alunas.



Certificados são entregues para formandas no Parque da Cidade em Barra Mansa

Durante a abertura, a secretária de Assistência Social destacou que “o projeto representa uma virada de chave para mostrar às mulheres que elas são capazes e têm potencial para transformar suas próprias vidas”.

A deputada federal Dani Cunha também destacou o impacto da iniciativa. “Que vocês possam exercer o que aprenderam nos cursos. E mais do que isso, que vocês possam buscar, ter a curiosidade de querer bus-

car mais. Sonhar pequeno dá o mesmo trabalho que sonhar grande. Então, devemos superar obstáculos cada vez maiores, ganhar a força que ainda não temos”, acrescentou a deputada.

A presidente do Instituto Ibratec, Aline Félix, destacou que capacitar uma mulher significa transformar não só sua vida, mas também sua família, seu bairro e sua cidade. Segundo ela, ver as alunas saindo do curso com brilho nos olhos, prontas para empreender ou

buscar uma colocação no mercado é a prova de que o caminho está certo e que o impacto social ultrapassa a simples formação profissional.

A vice-prefeita e secretária da Pessoa com Deficiência, Luciana Alves, também reforçou a importância da ação. “Quando uma mulher se empodera, toda a sociedade cresce. E esse é o nosso compromisso: construir uma cidade mais justa, inclusiva e com oportunidades reais para todas e todos”, disse Luciana.